

Pedro I... depois do Brasil

Vasco Mariz

D Pedro I é um dos personagens mais estudados de nossa história, e o público em geral adora ler as histórias de suas aventuras amorosas e gafes. Dezenas de ensaios e de livros têm sido publicadas e lidas avidamente, mas quase sempre falta o complemento final daquela vida tão intensamente vivida, cheia de contradições e surpresas, gestos admiráveis e vexames lamentáveis. O que realmente aconteceu com ele após a abdicação? Sabe-se vagamente de seu esforço militar para a reconquista do trono de sua filha D. Maria II e, mui nebulosamente, de sua morte prematura, úsico e no próprio quarto onde nascera, com 36 anos de idade apenas. Ainda recentemente, Isabel Lustosa publicou um esplêndido livro sobre a vida de D. Pedro I, e a autora dedicou relativamente poucas páginas aos últimos anos de sua vida, que foram tão significativos e nos revelaram uma nova faceta do personagem, desta vez claramente positiva. É claro que esta fase mais se refere aos portugueses do que a nós brasileiros, mas sem dúvida é de muito interesse para todos aqueles que estudam esse personagem tão importante e pitoresco.

Curiosamente, a relativa omissão ou desinteresse dos historiadores brasileiros pela sua fase final vem de longe. Como vemos pela bibliografia, são raros os estudos recentes sobre a etapa final de D. Pedro I, ou D. Pedro IV de Portugal, como se isso pouco significasse para o Brasil. Não pretendemos preencher porme-

norizadamente essa lacuna, mas apenas recordar e reviver alguns dos aspectos principais dos últimos anos daquela vida tão rica.

Começo por retirar do livro de Isabel Lustosa uma cena curiosa que teria ocorrido logo após o embarque de D. Pedro para a Europa, com o navio ainda no porto do Rio de Janeiro:

“... Vestia uma sobrecasaca marrom e uma cartola elegante, traje próprio para um piquenique em Paquetá e, logo que se instalou a bordo, tomou da viola e tocou um miudinho, como se tudo o mais não tivesse importância.”¹

O imenso carrego dos acontecimentos que precederam sua expulsão do Brasil em nada pesava em sua consciência? Tudo o que lhe vinha à mente era apenas tocar um miudinho? Ou será como aquele personagem do poema de Manuel Bandeira que, diante do desespero de sua doença, decidira tocar um tango argentino?

Isabel Lustosa, em entrevista ao jornal *O Globo*, de 7 de setembro de 2006, resumiu bem a personalidade do monarca no Brasil.

“D. Pedro é um personagem ambíguo. Administrava o Império como se fosse um prefeito, mas deixou uma Constituição para o Brasil que vigoraria por mais de 60 anos. Foi arrogante e despótico ao longo do primeiro reinado, mas se misturava com o povo e era abolicionista. Chegou a escrever: ‘Eu sei que

¹ LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*. Companhia das Letras, 2007, p. 304.

o meu sangue é da mesma cor que o dos negros.' Era imoral e corrompido, mas teve energia para desafiar as Cortes portuguesas, que tentavam reduzir o Brasil novamente ao estágio de colônia. Foi um marido péssimo e cruel para D. Leopoldina, mas quando partiu para São Paulo instituiu a princesa como regente provisória, fazendo com que ela fosse a primeira mulher a ocupar no Brasil a direção do governo. (...) Seu legado foi positivo quando se pensa na unidade do país e na governabilidade que se tornou possível com a Constituição."

Na Europa e, sobretudo, nos últimos anos em Portugal, D. Pedro tornou-se um homem bem diferente. Lutou, sofreu, sacrificou-se e amadureceu. Quase cessaram os altos e baixos. Cresceu em grandeza, se redimiou e realmente, afinal, se fez respeitar, querer bem e admirar, sobretudo de pelos portuenses. É o que leremos a seguir.

A 10 de junho de 1831, a fragata inglesa *Volage* entrava no porto de Cherburgo, onde o ex-imperador foi muito bem recebido pelas autoridades francesas locais, que colocaram um palácio à sua disposição e de sua comitiva. D. Pedro imediatamente tratou de se comunicar com as altas autoridades francesas e inglesas, que eram simpáticas à causa de sua filha D. Maria da Glória, cujo trono fora usurpado por seu irmão D. Miguel. No entanto, teve de permanecer mais tempo do que previra em Cherburgo e, em vez de se dirigir a Paris, preferiu antes viajar a Londres, onde as perspectivas de auxílio no momento pareciam mais promissoras. Nesse ínterim, recebeu personalidades de todo o gênero e numerosos emigrados portugueses no exílio, em especial o General Saldanha, cuja cooperação no futuro lhe seria preciosa na campanha em Portugal. Começava a delinear-se claramente que a campanha seria árdua, apesar de que franceses e ingleses tinham bons moti-

vos para apoiá-lo. No entanto, interesses comerciais se opunham a uma intervenção direta e isso dificultaria bastante uma definição das duas grandes potências. Talleyrand era o embaixador da França em Londres e o encorajava a visitar a capital inglesa, onde havia muito dinheiro disponível para organizar um grande empreendimento naval e militar privado. Viajou sem a família e lá ficou quase um mês sem resultados concretos, embora tenha sido homenageado pelo rei com um grande jantar e recepção.

Em Londres, até o controvertido Lorde Cochrane se pôs à sua disposição. O governo inglês aparentava neutralidade, mas no fundo desejava a vitória de D. Pedro, que tinha seus mesmos ideais constitucionais. Somente não desejava definir-se ainda, já que não havia reconhecido ainda o governo de D. Miguel. D. Pedro encantava a todos em Londres e era festejadíssimo, beneficiando-se de sua imagem constitucionalista. Passou um fim de semana no Castelo de Windsor, e até mesmo Lorde Wellington o visitou. Em Londres, encontrou seu antigo professor de música no Rio de Janeiro, Sigismund Neukomm.

Mas D. Amélia e D. Maria da Glória haviam ficado em Cherburgo, e ele resolveu voltar à França, atraído também por insistente convite de Luis Felipe, o Rei da França, que tampouco economizaria homenagens a D. Pedro. Os liberais franceses não quiseram ficar atrás de seus colegas ingleses e o festejaram efusivamente, mas não iam muito além de sinceras homenagens, sem nada de concreto para os planos de invasão de Portugal. Os jornais franceses lhe davam ampla e simpática cobertura, e várias vezes desfilou pelas ruas de Paris a cavalo, ao lado de Luis Felipe, sendo até mais aplaudido do que o próprio Rei da França, graças a sua bela estampa de jovem cavaleiro. Afinal realizou-se importante reunião no Palais Royal, com a presença de Luis Felipe, D. Pedro, personali-

dades do governo francês e importantes exilados portugueses. O governo dispunha-se a emprestar alguns navios que levariam tropas para a Ilha Terceira, nos Açores, mas não chegaram a um acordo satisfatório, e D. Pedro decidiu voltar a Londres. Os gastos previstos eram enormes, e D. Pedro não dispunha de dinheiro suficiente para enfrentá-los, nem parecia disposto a arriscar todos os seus meios financeiros em uma só cartada. Os exilados portugueses o pressionavam muito e até se irritavam com as suas hesitações, aliás, compreensíveis. A segunda viagem à Inglaterra tampouco foi muito proveitosa e persistia o impasse: havia boa vontade francesa e inglesa, mas não desejavam ir muito longe, incertos do resultado daquela arriscada aventura. Ademais, D. Pedro ficara irritado com o governo inglês, que não tratou sua filha D. Maria da Glória como soberana de Portugal durante a sua curta estada no país.

De volta a Paris, D. Pedro aceitou oferta de Luis Felipe, que lhe oferecera como residência o Castelo de Meudon. No entanto, os gastos de manutenção desse castelo eram grandes e ele preferiu ir morar na rua de Courcelles, 10, bela residência no centro de Paris, hoje de propriedade dos Rothschilds. Aos domingos iam assistir à missa na vizinha igreja de Saint Philippe du Roule. Estávamos já em agosto de 1831, e D. Pedro resolvera lá se instalar com a família e gozar um pouco de Paris, onde ele adquiriu o hábito de sair sozinho, visitar as lojas, passear nos parques e até mesmo visitar a Biblioteca Real. Lembro que D. Pedro falava francês muito bem. O casal ia com frequência aos teatros e à ópera, de que tanto gostava desde os tempos do Teatro de São João, no Rio de Janeiro. Na ópera de Paris, várias vezes sentou-se no camarote real, onde era reconhecido e aplaudido pelo público. Fez-se amigo de Rossini, o grande nome da música naquela época, o qual teve a gentileza

de fazer interpretar no Théâtre des Italiens uma abertura para orquestra de autoria de D. Pedro. A crítica musical não foi muito amável, mas se Rossini lhe deu aquela oportunidade, é que sua partitura não deveria ser tão má assim. Mas os exilados portugueses fechavam o cerco e o impeliavam a se definir, chegando até mesmo a insinuar que ele estava temeroso de se arriscar na empreitada militar. Aguardava ele, porém, o nascimento do primeiro filho de D. Amélia, uma menina, Maria Amélia, que veio ao mundo a 1º de dezembro de 1831. Dias depois D. Pedro sentiu-se mal, esteve acamado e teve a honra de receber a visita do Rei de França, distinção máxima.

O tempo corria e as perspectivas melhoravam. Lorde Palmerston o encorajava, e do Gabinete francês lhe chegavam confidências promissoras. Lafayette se aliara a um influente e riquíssimo judeu espanhol, Mendizábal, liberal convicto, e ao financista francês Ardouin, e afinal o grande empréstimo acabou saindo, embora sem o apoio do Tesouro britânico, nem dos exilados portugueses. Era o fim da humilhante peregrinação a diversos capitalistas, inclusive os Rothschilds, que lhe negaram financiamento. O Almirante inglês Georg Sartorius foi escolhido para comandar a pequena esquadra que viajaria para a Ilha Terceira e a partida ficou marcada para março, quando o tempo já estaria melhor, pois aquele inverno estava sendo bastante severo e tempestuoso. A expedição começava a tomar forma, e o levantamento do embargo do governo inglês sobre a afretamento dos navios era um sinal altamente positivo. Os jornais franceses mencionavam abertamente que o governo francês colocara a pequena Ilha Belle-Isle-en-Mer, na Bretanha, à disposição dos expedicionários, embora sem participar diretamente dos preparativos. O Almirante Sartorius veio amiúde a Paris conferenciar com D. Pedro, pois havia muitos pormenores a decidir e a providenciar. Otavio

Tarquínio de Sousa relata que, por obra de agentes miguelistas, sempre ativos para atrapalhar, 90 marinheiros ingleses desertaram.

A 8 de janeiro, a esquadra estava quase pronta, e, no dia 12, D. Pedro e sua família jantaram no Palácio das Tulherias, em despedida afetuosa que lhe fazia o Rei de França, que havia concordado em ser padrinho da princesinha Maria Amélia. A 23 de janeiro, despediu-se formalmente do monarca, e os jornais anunciavam sua partida iminente. Na noite seguinte, D. Pedro ofereceu, na rua de Courcelles, um jantar de despedida à sua família e a uns poucos amigos íntimos, e naquele mesmo dia o Presidente do Conselho da França, Casimir Périer, lhe enviou o seu passaporte. Na manhã cedo do dia 25 de janeiro havia mais de uma centena de pessoas na casa da rua de Courcelles, entre os quais o famoso Lafayette, ministros e personalidades francesas. Um neto do marechal acompanhou D. Pedro na expedição.

Como bem puderam avaliar, D. Pedro foi amplamente prestigiado pelos reis de França e da Inglaterra e também pelo público parisiense. Não tanto por haver sido imperador do Brasil, nem pela perspectiva de assumir o governo de Portugal, onde ambos os países tinham grandes interesses comerciais. Além de sua bela figura e natural simpatia, D. Pedro era a própria imagem da monarquia constitucional, que ambas as nações faziam questão de reafirmar. Sem esse especial atrativo ele pouco teria conseguido em Paris ou Londres. Na realidade, D. Pedro partia para uma vitória quase impossível, que inesperadamente se concretizou, graças a sua extraordinária força de vontade e, sobretudo, à incompetência dos militares estrangeiros e portugueses a serviço de D. Miguel.

Faremos agora uma pausa para recordar o que era a chamada “questão portuguesa”, que

envolveu e irritou as quatro grandes potências da época na Europa: Inglaterra, França, Áustria e Rússia.

D. João VI falecera a 10 de março de 1826 com 59 anos apenas. O embaixador britânico em Lisboa escreveu ao Primeiro-Ministro Canning assegurando-lhe que não tinham “*the slightest foundation*” (o menor fundamento) as insinuações de envenenamento por inspiração inglesa. A herdeira do trono português era a filha de D. Pedro I e D. Leopoldina, D. Maria da Glória, mas D. Miguel, irmão do imperador brasileiro, deveria governar em nome da menina até sua maioridade, de acordo com o protocolo de Londres. No entanto, Carlota Joaquina, que detestava os ingleses e queria sozinha coordenar a sucessão,² agitou a capital com seu temperamento arrebatado, e seus asseclas apedrejavam os adeptos de D. Maria da Glória. Carlota afirmava, com alguma razão, que a maioria da população do país preferia D. Miguel, que conseguira o apoio do clero e com isso controlava o povão ignaro.

Canning não planejava impor a Carta aos portugueses com o apoio das baionetas inglesas, mas D. Miguel, cujo temperamento era semelhante ao da mãe, complicou tudo. Ele era “apaixonado, ignorante e cabeçudo”, escreveu Oliveira Lima. A Áustria, por óbvias razões, reconheceu logo os direitos da menina, exigindo que D. Miguel seguisse apenas como regente. A Inglaterra, sempre tergiversando, aceitava a regência, mas somente com a anuência de D. Pedro, que, na realidade, era o verdadeiro herdeiro do trono, embora houvesse ainda o empecilho de que, no momento, ainda era o imperador do Brasil.

Depois da abdicação, mudou todo o quadro político. D. Miguel negociou mal e alienou o apoio do embaixador britânico, aproveitando que a corte espanhola não apoiava a posição inglesa. O Rei espanhol Fernando VII, ir-

² OLIVEIRA LIMA. *D. Pedro IV e D. Miguel I*, p. 264.

mão de Carlota Joaquina e tio de D. Miguel, tinha simpatia por ele, mas divergia dos métodos drásticos de sua irmã, a rainha mãe. Todo esse imbróglio só incentivou a luta aberta entre liberais e absolutistas.

O Primeiro-Ministro inglês Canning obviamente não desejava a vitória do campo espanhol, que apoiava Carlota Joaquina e D. Miguel em Portugal.³ Lembro que Lisboa era essencial para a política britânica como porto amigo para o possível refúgio das esquadras inglesas.

D. Miguel não conseguiu convencer a Europa conservadora de sua posição, alienando Lorde Wellington, Carlos X, da França, o Chanceler Metternich, da Áustria, e o Tsar Nicolau I, da Rússia. A aclamação de D. Miguel, a 13 de março de 1828, foi impugnada pelas potências estrangeiras por motivos diferentes, e Wellington mandou retirar as tropas britânicas de Portugal, já que Carlota Joaquina insistia em abolir a Constituição.

Depois da abdicação no Rio de Janeiro, D. Pedro era, sem dúvida, a melhor solução, já que estava disponível para assumir o trono português como herdeiro indiscutível. Ele enviara para Viena a jovem rainha, acompanhada pelo Marquês de Barbacena, mas, quando o seu navio fez escala no porto de Gibraltar, ele decidiu levá-la para a Inglaterra por motivos de segurança. Barbacena soubera que Metternich estaria planejando casar D. Maria da Glória com seu tio D. Miguel, o que era inadmissível.

Nesse íterim, os assessores de D. Miguel tiveram a habilidade de submeter a questão à Assembleia Tradicional de Portugal, os chamados Três Estados do Reino, na qual os liberais

estavam mal representados, pois muitos fugiram das perseguições e outros estavam presos. Como disse Oliveira Lima, “a parcialidade era manifesta”, e não havia outra sentença final possível. D. Maria havia nascido no Rio de Janeiro antes da independência do Brasil, fora crismada como princesa do Grão Pará, e sua nacionalidade era brasileira.

Ao regressar a Portugal, D. João não convocara os Três Estados do Reino, e D. Miguel aproveitou-se de sua omissão para legitimar sua posição. Tentativas de levantes liberais fracassaram, e havia centenas de expatriados portugueses na França e na Inglaterra, criando problemas às autoridades desses países. Eles foram depois incorporados à expedição de D. Pedro em 1832.

Metternich imaginou dar a tutoria de D. Maria da Glória a seu avô imperador austríaco, e, por isso, o Império austro-húngaro não poderia concordar com a usurpação de D. Miguel.

A Europa estava farta da questão portuguesa, que já durava quase seis anos, e isso certamente favoreceu a boa acolhida de D. Pedro ao chegar a Paris e a Londres.

A “esquadra dos calhambeques” comprados à Companhia das Índias estava pronta para zarpar, “batizados com pomposos títulos de fragatas, brigues e corvetas”, diz Otavio Tarquínio de Sousa. Foram rebatizados como o *Congress*, a *Rainha de Portugal*, a *D. Maria II* e a *Amélia*, todos armados com numerosos canhões. Além dos portugueses refugiados na Inglaterra e na França, estavam na tripulação também numerosos mercenários ingleses e franceses, gente de péssima estirpe. No entanto, entre eles estavam dois portugueses ilustres, que se celebrizariam nas

³ WEBSTER, C. K., *Britain and the Independence of Latin America*, Londres, 1938, v. 1, p. 65. Nessa obra o autor afirma que “Canning estava ansioso para que a questão da sucessão em Portugal fosse logo resolvida. No entanto, o ciúme de D. Pedro em relação a D. Miguel, a determinação deste de assegurar o trono português para si próprio e a confusão entre os diversos partidos políticos em Portugal impediam qualquer solução no momento. A usurpação de D. Miguel nunca foi reconhecida pela Inglaterra, e Canning, com o auxílio de D. Pedro, expulsou D. Miguel e colocou D. Maria da Glória no trono de Portugal.”

letras: Alexandre Herculano e Almeida Garrett, ambos com pouco mais de 20 anos de idade.

A partida teve grande aparato, com discursos vibrantes. D. Pedro compôs a música para um hino, para o qual Luis Mousinho escreveu a letra. O regente organizou seu ministério, no qual se destacavam o Marquês de Palmela, notável diplomata, como Ministro do Exterior, e Mousinho da Silveira, ideólogo brilhante que cedo conseguiu surpreendente ascendência sobre D. Pedro em assuntos políticos. A 3 de março, a regência fora oficialmente instalada e publicados diversos decretos importantes anulando atos de D. Miguel. O regente atuava quase como um ditador, utilizando decretos-leis.

Curiosamente, D. Pedro, entre toda aquela azáfama, encontrou tempo para um amor freirático, o que era comum na época. Gerou um filho em uma bela freira, Ana Augusta, clarissa do convento da Esperança. Na Ilha Terceira ele agia como nas noites cariocas: saía disfarçado em uniforme de oficial, entrava nos botequins e observava os circunstantes, mas bebia pouco.

Enquanto isso, em Londres, a comissão organizadora da expedição providenciava armas e munições, sempre lutando com a falta de fundos.

Só no dia 27 de junho de 1832 aquela esquadra de Brancaléone pôde levantar ferros, e o mais estranho é que não sabiam sequer onde iriam aportar no norte de Portugal! Não haviam escolhido ainda a praia onde desembarcariam as tropas! Não foi no Mindelo, como se comemora até hoje, e sim em Arnosa de Pampeido, na altura de Vila do Conde.

Otávio Tarquínio comenta: "Eram de uma imprevisão raiando a loucura."⁴ Como 7.500 homens iriam conquistar Portugal, quando D. Miguel dispunha só naquela região de um exército de 13 mil homens bem armados e coman-

dados por experimentados oficiais estrangeiros? O comandante inglês Napier era favorável a atacar diretamente Lisboa, mas D. Pedro foi prudente. Como medida dissuasória fez espalhar a notícia de que desembarcariam nas vizinhanças da capital, o que levou D. Miguel a fortificar as margens do Tejo. A melhor opção mesmo era realizar o desembarque perto do Porto, cidade tradicionalmente liberal onde seriam bem recebidos.

A grande ilusão dos adeptos de D. Maria da Glória era que contavam com numerosas deserções e adesões entre as tropas de D. Miguel, mas isso não aconteceu. Os invasores ao desembarcarem ficaram entre dois fogos: as forças do General Cardoso em Vila do Conde e as do Visconde de Santa Marta, no Porto. No entanto, para surpresa de D. Pedro, essas tropas em vez de atacarem se retiraram, passando o Rio Douro em direção a Amarante. Era uma cilada! O plano secreto era atrair os invasores até a cidade do Porto e lá deixá-los cercados.

Foi o que aconteceu e isso teria um alto custo, inclusive para a saúde de D. Pedro. O Porto recebeu alegremente os constitucionalistas, embora o clero e as pessoas influentes tenham deixado a cidade. Seja como for, a tática miguelista não surtiria o efeito necessário, pois lhe faltavam estadistas e militares capazes. E o exército de Brancaléone acabaria, meses depois, ocupando Lisboa quase sem luta!

A tomada do Porto se não foi uma vitória, foi uma primeira etapa favorável às pretensões de D. Pedro. Mas era uma cilada em que ele se deixou prender, pois a cidade era fácil de manter cercada. E os soldados da rainha não foram recebidos como libertadores, como esperavam. Nesse ínterim, as tropas constitucionalistas fizeram incursões pelas vizinhanças e cometeram violências: soldados ingleses saquearam o Mosteiro de Bustelo e incendiaram o Convento de

⁴ SOUSA, Otávio Tarquínio, *A vida de D. Pedro I*, p. 250.

Santo Antônio em Penafiel. D. Pedro se preocupava com as notícias da indiferença do povo pela causa da rainha. Em Ponte Ferreira, a 23 de julho, suas forças obtiveram um belo êxito, havendo brilhado os batalhões inglês e francês, derrotando as tropas do Visconde de Santa Marta. A realidade, porém, é que os constitucionalistas estavam encurralados na cidade do Porto. D. Pedro era apenas mais um general à frente de uma parte das tropas e isso o diminuía. Chegou mesmo a planejar o regresso aos Açores, mas foi dissuadido.

Nesse ínterim, ele trabalhou muito para fortalecer as defesas do Porto, correndo de um lado ao outro da cidade, altas horas da noite no inverno portuense, frio e úmido, o que seria altamente daninho para a sua saúde frágil. Dormia poucas horas por noite e saía de madrugada para visitar defesas e animar os soldados. Felizmente, como escreveu Otávio Tarquínio: "A incapacidade, a inépcia, a incúria de muitos chefes miguelistas, o ciúme recíproco entre os generais de D. Miguel levaram à perda a sua causa." O próprio rei parecia desinteressado, pois nem sequer visitou as tropas que o defendiam. O ilustre biógrafo sugere ainda que, por trás das trapalhadas que ocorreram nas hostes miguelistas, havia também a mão poderosa da maçonaria portuguesa a confundir e a favorecer a causa da pequena rainha. Otávio Tarquínio de Sousa tem frases lapidárias que não me furto citar:

"D. Miguel descansava seguro do apoio da maioria do país que sempre esteve a seu lado. O velho Portugal, com seus fidalgos ociosos, seus frades ignorantes, seu bom povo analfabeto, não queria saber do príncipe que se fizera maçom, separara o Brasil de Portugal e andava de comparsaria com liberais e here-

ges estrangeiros. O rei absoluto contava com a fidelidade de seus súditos e era senhor de todo o reino. Um exército de 80.000 homens não poderia ser vencido por alguns milhares de soldados, em boa parte mercenários, encerrados na cidade do Porto."⁵

Apesar da ocupação do Porto, o reino quase inteiro parecia aguardar com um silêncio hostil. O plano dos chefes realistas era implacável: cercar as forças liberais no Porto e exterminá-las todas sem piedade, não escapando um só soldado. Afinal travou-se uma grande batalha nos arredores da cidade, e, após 11 horas de luta sangrenta, com quatro mil mortos dos dois lados, os sitiados se retiraram acreditando que a cidade era mesmo indomável. Só o bloqueio total, difícil de ser realizado, faria a cidade render-se.

Durante esse tempo, a situação financeira dos invasores estava ficando precária, embora tenham chegado mais reforços da Inglaterra. O soldo das tropas e dos marinheiros estava atrasado e o mau humor imperava, agravado pelos incômodos do rigoroso inverno portuense. Lorde Palmerston negociava com a Espanha uma fórmula favorável a D. Maria da Glória, no sentido de que os dois irmãos desistissem de suas pretensões ao trono português. A fórmula era casar D. Maria da Glória com D. Carlos, de Nápoles, e as cortes decidiriam sobre a Constituição, confirmando-a ou não. D. Pedro receberia uma boa quantia em dinheiro para se retirar para algum outro país de sua preferência. Consta que os ingleses temiam que D. Pedro tomasse conta do trono e até mesmo pretendesse pleitear a coroa da Espanha, à qual tinha direitos.

O regente irritou-se com Palmela que lhe trazia a proposta inglesa, que o diplomata endossava discretamente e a encaminhara desde Londres. As grandes potências se impacientavam e fizeram outra proposta em termos ainda mais

⁵ SOUSA, Otávio Tarquínio, *A vida de D. Pedro I*, p. 250.

impositivos: D. Maria assumiria o trono, D. Miguel sairia de Portugal, seria concedida plena anistia, e as Cortes decidiriam sobre a melhor forma de governo. Novo malogro.

Nesse intervalo, complicava-se o campo miguelista, e o General Solignac, irritado, retirou-se para a França. No Porto, em pleno inverno, a situação era precária, faltava comida e os ânimos andavam baixos. O exército constitucionalista fora dividido em duas divisões, chefiadas respectivamente pelos generais Vila Flor e Saldanha, cabendo a este o setor mais perigoso. Em março começou um bombardeio cerrado da cidade e as baixas eram muitas, agravadas pelas epidemias. O Almirante Sartorius, indignado pela falta de pagamentos à sua esquadra, decidiu retirar-se.

D. Pedro se multiplicava em esforços por apaziguar a todos e reforçar as defesas da cidade, o que lhe valeu o carinho e a gratidão do povo tripeiro. Ele agora era o "benquisto, querido, respeitado", no entender de seu biógrafo.

D. Pedro escrevia a seus familiares e amigos que o Capitão inglês Napier estava por chegar com cinco vapores e amplos reforços enviados por Mendizábal e isso reacendia as esperanças de desbloqueio da cidade. No entanto, por outro lado, cresciam os rumores de que os ingleses pretendiam afastar D. Pedro do comando da expedição para melhor assegurar os interesses britânicos.

Logo ao chegar, o Comandante inglês Napier apresentara interessante proposta: mover a esquadra para o sul de Portugal, apresentando-se de frente a Lisboa para intimidar os miguelistas e talvez até desembarcar tropas no Algarve ou Alentejo. A sugestão foi aceita, e, a 21 de junho, a esquadra, sob o comando de Napier, levantou ferros em direção à costa sul do país. D. Pedro estava no comando geral, Vila Flor e Saldanha comandavam as forças de terra e Palmela seria o respon-

sável pela administração dos territórios a serem ocupados. No Algarve, o diplomata logo instalou um governo civil liberal e proclamou a Rainha D. Maria da Glória. Em Faro, foram recebidos com flores e foguetes e daí por diante tudo parecia correr bem para os constitucionalistas.

A 2 de julho, a frota de Napier avistou navios miguelistas na altura do Cabo de São Vicente, mas o mar estava revoltado e impróprio para combates navais. Três dias depois, afinal ocorreu a luta marítima, e, por manobras infelizes ou incapazes do comandante miguelista, sua esquadra foi irremediavelmente vencida. Em vez de conservar a esquadra em Lisboa para guarnecer a capital, D. Miguel cometera o erro de fazê-la sair ao mar confiante na vitória. A derrota naval deixou Lisboa à mercê dos liberais.

Nessa altura D. Miguel, sentindo a sua causa enfraquecer, propôs a D. Pedro se encontrarem, acabar com a guerra civil, sugerindo casar-se com sua sobrinha. D. Pedro repeliu suas propostas sem hesitação.

Dono do mar, Napier resolveu bloquear o porto de Lisboa. O General Villa Flor, o Duque da Terceira, decidiu também dirigir-se diretamente a Lisboa, apenas a uma semana de distância. Enquanto isso, as tropas miguelistas se retiravam para Beja, acreditando que esse seria o alvo dos constitucionalistas. Mais uma vez se enganaram. A 24 de julho, Napier e sua esquadra de calhambeques amanheceram em Lisboa, onde o povo se engalanava para saudá-los. Era o fim da usurpação, e D. Pedro vencia sem perdas importantes. Sua saúde, no entanto, estava comprometida, mas Deus ainda lhe deu tempo de ver sua filha no trono português e Portugal pacificado. Fora notável o seu esforço físico naqueles longos meses na região do Porto e até hoje os portugueses liberais lhe são reconhecidos.

D. Pedro não viajara para o Sul do país com a esquadra e isso lhe deu a oportunidade

de presenciar e participar diretamente da derrota final do absolutismo. Numa batalha feroz que durou nove horas, o exército miguelista comandado pelo Marechal francês Beaumont, o vencedor de Argel, foi derrotado completamente no monte de São Gens. O triunfo do General Saldanha equivaliu ao feito de Napier no Sul de Portugal. A 28 de julho, D. Pedro chegou a Lisboa a bordo do vapor *William the Fourth*, e a recepção foi calorosa. Ele anunciou que não haveria vinganças e que todas as promessas seriam cumpridas, mas... não seria bem assim por culpa do temperamento belicoso dos portugueses. Violências foram cometidas, expulsos o núncio apostólico e os jesuítas.

Logo no dia seguinte, D. Pedro foi visitar o túmulo de D. João VI e teria exclamado: "Um filho te assassinou, outro te vingará!"

No entanto, o governo francês não estava feliz com os rumores de que o regente pretendia casar a filha com o Duque de Leuchtenberg, instado por D. Amélia. Sentindo-se desconfortáveis em Paris, Amélia e Maria da Glória decidiram visitar Londres, onde foram bem recebidas pelo rei, que as convidou a passar um fim de semana no Castelo de Windsor. Depois viajaram para Lisboa ao saber das airozas notícias de sua tomada, lá chegando a 22 de setembro de 1833.

O Chalaça viajara com elas, bem como o espanhol Mendizábal, que organizara as finanças da expedição. Infelizmente, o livro de memórias do ex-secretário de D. Pedro não revela pormenores dessa etapa final da vida do imperador.⁶

Napier contou que nunca vira D. Pedro tão alegre quanto por ocasião da chegada da família. No entanto, D. Miguel continuava senhor de grande parte do país, embora as duas

maiores cidades tivessem aderido aos constitucionalistas. D. Pedro só teria o domínio completo de Portugal em maio de 1834, cinco meses antes de morrer. O General Beaumont não se entendia com os militares portugueses e acabou por se demitir e regressar à França, acompanhado por uma centena de oficiais franceses. No cerco de Santarém, D. Pedro arriscou a vida, mas cedo teria a boa notícia de que os ingleses decidiram reconhecer o governo liberal, acreditando junto a ele um embaixador. A batalha de Asseiceira foi o golpe final para os miguelistas, que perderam 1.500 homens e 70 oficiais. O bastião miguelista de Santarém caiu a 18 de maio. A França em princípio enviara apenas um *chargé d'affaires* a Lisboa, mas, para não ficar em inferioridade diplomática em relação aos ingleses, substituiu-o por um embaixador também.

Havia, porém, dúvidas sobre se as Cortes reconheceriam D. Pedro como regente, em virtude de sua alegada nacionalidade brasileira. Antônio Carlos de Andrada viajou a Portugal para pedir-lhe que regressasse ao Brasil, ao que ele respondeu formalmente por escrito, reafirmando que a sua abdicação continuava válida e jamais tivera a intenção de anulá-la. Ele insistia em assegurar o trono de sua filha D. Maria da Glória, mas deixava uma porta semiberta: uma vez atingida a sua meta em Portugal, ele poderia voltar ao Brasil e servir como regente durante a minoridade de seu outro filho, o Imperador D. Pedro II.

Exigia, porém, que o Parlamento brasileiro o solicitasse formalmente, o que seria bem mais complicado. No entanto, em Portugal, persistiam as divergências entre os liberais e isso afligia D. Pedro. Nem sequer os dois generais Villa

⁶ GOMES DA SILVA, Francisco. *Memórias*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1959. Apresentação e notas de Noronha Santos. Seu antigo favorito, o Chalaça, depois da morte de D. Pedro, acompanhou D. Amélia a Munique, a Berlim e à Ilha da Madeira, tornando-se amigo de sua antiga inimiga no Rio de Janeiro. Foi seu secretário particular e, ao falecer em 1852, em Lisboa, era Conde de Ourém. Ele havia nascido em 1791, filho de um modesto ourives. Deixou fortuna e ao falecer teria se arrependido de seus muitos pecados.

Flor e Saldanha se entendiam bem. Surgiram epidemias de cólera e tifo fazendo milhares de vítimas. Embora pressionado pelos diplomatas ingleses e franceses, D. Miguel não se decidia a abdicar, mesmo depois do sério revés na batalha de Cartaxo e da evacuação de Santarém, principal base militar miguelista. A guerra civil já durava dois anos, e a luta continuava, pois D. Pedro se recusava a qualquer acordo que não fosse a rendição incondicional do irmão.

Quando isso afinal aconteceu, D. Pedro daria provas de magnanimidade na convenção de Évora Monte a 26 de maio, concordando até com uma pensão anual de 60 contos para D. Miguel, desde que ele deixasse o país no prazo de 15 dias. Foi concedida anistia geral por delitos políticos desde 1826, data da morte de D. João VI, e aos anistiados foi dada a livre saída de Portugal. Os oficiais tiveram seus postos garantidos. Nesse ínterim, as quatro grandes potências decidiram banir D. Miguel de uma vez por todas de Portugal, e as forças miguelistas capitularam.

Mas D. Pedro já estava gravemente doente, e a sua saúde se agravou depois de um sério incidente no Teatro de São Carlos, onde ele fora insultado e vaiado por miguelistas. O choque com os opositores foi terrível, e ele revidou veementemente os insultos chamando os miguelistas de "canalhas".

Afinal, D. Miguel embarcou para a Itália e nunca mais voltou a Portugal. Sua partida foi dramática, pois foi preciso que os liberais o defendessem do populacho que o insultava e apedrejava. Diz Sergio Correa da Costa: "Meses antes, aquela mesma gente o adorava de joelhos e punha o seu retrato nos altares."⁷

A 15 de agosto, as Cortes foram convocadas, já que era urgente pacificar o país, que caíra em profunda crise financeira e social. D. Pedro,

porém, se recusava a assinar certas decisões que não aprovara, o que criaria tensões políticas e gerava crises de hemoptise que o enfraqueciam cada vez mais. Era o resultado daqueles dias terríveis no Porto, quando lutara infatigavelmente como simples soldado e cidadão.

Por outro lado, os excessos dos liberais entristeciam D. Pedro. Dizia ele: "Não vim a Portugal para levantar cadafalsos". D. Pedro passava a maior parte do tempo no Palácio de Queluz, nos arredores de Lisboa, participando uma ou outra vez de caçadas. Raramente ia ao teatro e, quando o fazia, não ficava até o fim do espetáculo. No segundo aniversário do desembarque de Arnoza, foi a Lisboa para uma comemoração solene, sendo afetuosamente festejado. Usava o que chamavam de "barba negra de beduíno". Depois ele quis fazer uma visita final à cidade do Porto e lá chegou a 27 de julho de 1834, acompanhado de D. Amélia. Otávio Tarquínio de Sousa escreveu que essa foi a sua última grande alegria, pois lá foi festejado entusiasticamente com o dobrar de sinos e foguetes. Durante 10 dias foi homenageado sem cessar, mas ao voltar a Lisboa preferiu ficar no Palácio de Queluz. Uma testemunha escreveu que "ele parecia um defunto".

Reunidas as Cortes, a 25 de agosto, o ex-Imperador foi confirmado como regente até a maioria da filha. Durante os debates, D. Pedro preferiu afastar-se da capital e viajou para Caldas da Rainha em busca de melhoras. A viagem piorou suas condições de saúde e não pôde prestar o juramento como regente. O tratamento médico, em vez de ajudá-lo, só fazia apressar o desenlace. Estava virtualmente moribundo, magro, pálido e desfigurado, embora continuasse lúcido. Decidiu voltar a Queluz e escolheu para morrer no quarto onde nascera, decorado com episódios da vida de Dom Quixote, uma cruel

⁷ COSTA, Sergio Correa da. *As Quatro Coroas de D. Pedro*. Rio de Janeiro, 1941, p. 178.

ironia. Amélia, sua esposa, esteve sempre ao seu lado com infinito carinho. Lembramos que, em Paris, D. Pedro fizera da esposa a tutora de D. Maria da Glória e Pedro II e organizou a herança de todos os seus filhos, legítimos e bastardos, inclusive aqueles tidos da Marquesa de Santos. Aquele testamento foi confirmado a 15 de setembro, legando a sua espada ao futuro genro, o Príncipe Augusto de Leuchtenberg, irmão de D. Amélia.

Naquela triste situação, as Cortes resolveram antecipar a maioridade de D. Maria II. Uma das últimas decisões de D. Pedro foi legar o seu coração à cidade do Porto, em testemunho de sua gratidão pelo carinho do povo que defendera com tanto empenho. Até hoje seu coração pode ser visto na igreja da Lapa, no centro daquela cidade.

A 19 de setembro a jovem rainha já presidia o Conselho de Ministros e, no dia seguinte, também presidiu o Conselho de Estado. A 24 de setembro de 1834, aos 36 anos de idade apenas, falecia D. Pedro em seu quarto quixotesco do Palácio de Queluz. O grande escritor

português Antônio Feliciano de Castilho assim recordou a estada de D. Pedro no Porto:

“Eu o vi com estes olhos comer pão negro entre soldados; zazer em terra nua, agarrar o alveão para ensinar a construir uma trincheira; vi ser preciso retirá-lo à força de um ponto onde as balas choviam. Estava no hospital e via-o entre os feridos atando-lhes as ligaduras e consolando-os; no arsenal ele encartuchava a pólvora; nas baterias ele ensinava os artilheiros; depois da vitória distribuía por suas mãos as distinções. Frequentava a Casa da Piedade, assim como os tribunais de justiça, de tudo ele entendia, ouvia a todos, com todos falava. Ele era muitas vezes o seu próprio ministro, sobre o arção de seu cavalo ele despachava requerimentos, e o seu dia começava antes do toque de alvorada. Ele era como a nossa divindade, sempre e em toda parte presente.”
“Ao final de sua vida — acrescentou Castilho — ele tinha achado afinal uma grande coroa para tão vasta cabeça: a coroa de louros, não do conquistador, mas de soldado da liberdade!”⁸

Referências

- CARVALHO, Maria Amélia Vaz de. *Vida do Duque de Palmela*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898. 3 v.
- CASTILHO, Antônio Feliciano de. *História do cerco do Porto*. Porto: Lello Irmãos, 1948.
- CORREIA DA COSTA, Sergio. *As Quatro Coroas de D. Pedro I*. 4. ed. Rio de Janeiro: Casa do Livro, 1972.
- . *Every Inch a King*. Robert Hale. Londres: [s.n.], 1972.
- CRUZ, Manuel Ivo. D. Pedro d'Alcântara de Bragança, Rei, Imperador e Músico. Porto. In: Do absolutismo ao Liberalismo. Atas do Congresso Internacional. Porto: Palácio das Bolsas, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 12 a 14 de novembro de 1998. p. 545 a 567.
- GOMES DA SILVA, Francisco (O Chalaça). *Memórias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Souza, 1959.
- LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- OLIVEIRA, Lima. *D. Pedro e D. Miguel*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1946.
- PASSOS, Carlos de. *D. Pedro IV e D. Miguel I*. Porto: Luís Simões Lopes, 1936.
- SETUBAL, Carlos. *As mahuiques do Imperador*. São Paulo: Nacional, 1928.
- Carta Mensal* 25. Rio de Janeiro, v. 53, n. 635, p. 3-26, fev. 2008.
- SORIANO. *História do Cerco do Porto*. Porto: Guimarães, 1989. 2 v.
- SOSA, Otávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972. 3 v.
- WEBSTER, Sir Charles K. *Britain and the Independence of Latin America*. Londres: [s.n.], 1938. 2 v.
- . *The Foreign Policy of Lord Palmerston*. Londres: [s.n.], 1951.
- Palavra pronunciada em 31 de março de 2008

⁸ CASTILHO, Antônio Feliciano de. *História do cerco do Porto*. Lello Irmãos, Porto, 1948, p. 45 e 46.

O longo prazo em curto prazo*

Roberto Mangabeira Unger**

Há toda diferença entre um projeto que paira sobre o mundo e um que intervém. Não há futuro viável que não se possa prefigurar já

Modelo de desenvolvimento baseado em ampliação de oportunidades econômicas e educativas, para dar braços e asas ao dinamismo frustrado dos brasileiros — é isso o que mais quer a nação. Para construir esse modelo, é preciso formular plano de longo prazo e traduzi-lo em iniciativas tangíveis e prontas: primeiras prestações de outro futuro. É preciso tratar do longo prazo em curto prazo.

Desse entendimento resultou a decisão de organizar o trabalho inicial de minha Pasta em torno de quatro grandes temas: oportunidade econômica, oportunidade educativa, Amazônia e defesa. Para cada um deles, formulamos, em colaboração com os ministros das respectivas áreas e com o apoio do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ações que encarnem e antecipem novo modelo de desenvolvimento. Ideias, quando reforçadas por uma lógica de coautoria dentro do governo e da sociedade, constituem o primeiro requisito para mudar o País.

Uma das iniciativas de oportunidade econômica é política industrial e agrícola voltada para as pequenas empresas e os empreendimentos emergentes que constituem a maior força de nossa economia. Formação de prai-

cas e de quadros, ampliação do crédito ao pequeno produtor e transferência de tecnologia são as diretrizes.

Outra iniciativa se destina a refazer nosso modelo institucional de relações entre o trabalho e o capital. O Brasil está ameaçado de ficar espremido no mundo entre economias de trabalho barato e economias de produtividade alta. Precisamos escapar dessa prensa pelo lado alto, o da valorização do trabalho e da escala de produtividade. Não temos futuro como uma China com menos gente.

É essa a preocupação que orienta o esforço de construir, com as centrais sindicais e as lideranças do empresariado, um plano para resgatar mais da metade de nossos trabalhadores da informalidade, reverter a queda da participação dos salários na renda nacional e reorganizar o regime sindical.

Em matéria de oportunidade educativa, são três os programas a que nos dedicamos, junto com os ministros Fernando Haddad (Educação), Sergio Rezende (Ciência e Tecnologia) e Gilberto Gil (Cultura).

Rede de escolas médias federais que, ao fortalecer o elo fraco de nossa rede escolar,

* Transcrito da *Resenha do Exército*.

** O autor é Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos.

também sirva de instrumento para mudar nosso paradigma pedagógico no rumo de ensino analítico e capacitador. Conjunto de procedimentos para reconciliar a gestão local das escolas pelos estados e municípios com padrões nacionais de investimento e de qualidade. (A qualidade do ensino que uma criança brasileira recebe não deve depender do acaso do lugar onde ela nasce.) E programa de inclusão digital que organize infovia nacional, fortaleça as capacitações populares de acesso à rede, estimule a produção de conteúdos nacionais e crie estrutura de governança capaz de dar voz à sociedade civil, não só aos governos e às empresas.

Na Amazônia, o Brasil pode revelar-se ao Brasil. Zoneamento econômico e ecológico, que tome por pressuposto a resolução das questões fundiárias, é ponto de partida para delinear estratégias econômicas distintas para diferentes partes da Amazônia.

Uma estratégia para a Amazônia já desmatada, onde temos chance para deixar de repetir os erros de nossa formação econômica. E outra estratégia para a Amazônia com mata, que assegure que a floresta em pé, porém aproveitada de forma controlada e sustentável, valha mais do que a floresta derrubada. Na defesa, come-

ça esforço vital para nosso futuro. Não há estratégia de desenvolvimento nacional sem estratégia nacional de defesa. A diretriz é reorganizar as Forças Armadas em torno de vanguarda tecnológica e operacional, pautada por cultura de mobilidade e de flexibilidade e baseada em capacitações nacionais.

Essas iniciativas são apenas um começo. Não asseguram a reconstrução de nossas instituições, necessária para democratizar o mercado e para aprofundar a democracia. Não nos eximem de formular estratégia de desenvolvimento nacional que seja abrangente e de longo prazo.

O objetivo de tal estratégia não é tolher nosso futuro; é, pelo contrário, prover a nação de meios para que ela se possa reconstruir experimentalmente. Há toda diferença, porém, entre projeto que paira sobre o mundo e projeto que intervém no mundo. Não há futuro viável que não se possa prefigurar já.

O bom do Brasil tem sido sua vitalidade. O ruim tem sido seu conformismo. Não basta nos rebelarmos contra a falta de justiça se não nos rebelarmos também contra a falta de imaginação. Vitalidade — vibrante, anárquica, quase cega — já temos. Quando a imaginação der olhos à rebeldia, teremos também grandeza.

